



MEMÓRIA(S) E IDENTIDADE(S) NA COMEMORAÇÃO DE UMA EFEMÉRIDE: A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NA ÓTICA DE AUGUSTO DOS ANJOS (1909)

Danilo Linard*

Resumo – O regime escravista deixou marcas indeléveis na sociedade e na cultura brasileira, nos mais variados domínios e registros, e em múltiplas dimensões, tanto materiais quanto imateriais. Em vista desse fato, procuramos interrogar, neste artigo, os sentidos históricos expressos em um desses registros, no caso, o discurso em comemoração acerca da abolição da escravidão no Brasil proferido pelo poeta Augusto dos Anjos. Seu discurso é bastante emblemático, pois critica duramente o regime escravista apesar de, no passado, Augusto e sua família terem possuído e usufruído da força de trabalho escrava. Acreditamos que esse discurso se insere não somente nas tentativas de fundação e (re)construção de uma memória e de uma identidade acerca da escravidão no Brasil, pela intelectualidade e pela sociedade da época, como também enseja meios para o poeta (re)constituir uma memória e uma identidade para si mesmo. Para efeito de discussão, procuramos transitar entre os campos de estudo da história social e da história cultural, por meio da problematização das relações intrínsecas entre história, memória, identidade, literatura e poesia. Desse modo, dialogamos com algumas perspectivas e pressupostos de historiadores, críticos literários e antropólogos, tais como Emília Viotti da Costa, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Jurandir Malerba, Jöel Candau, entre outros.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Escravidão. Augusto dos Anjos. Abolição.

INTRODUÇÃO

Objetivamos analisar alguns sentidos históricos manifestos no discurso sobre a abolição da escravidão proferido pelo poeta paraibano Augusto dos Anjos (1884-1914), no dia 13 de maio de 1909, que comemorava tal efeméride. Nesse discurso, entramos em contato com outras facetas de sua historicidade, permitindo-nos prisms de interpretação sobre sua vida e obra para além do rótulo de “poeta da morte” que pesa sobre ele devido aos temas de seu único livro publicado em vida, *Eu* (1912), seguido de *Eu e outras poesias* (1920).

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: danilo.linard@bol.com.br

Acreditamos ser possível associar seu discurso e os elementos que o constituem com os esforços de uma parcela da intelectualidade da época em (re)construir/(re)afirmar novas memórias e identidades para a sociedade brasileira em relação ao seu passado escravista, diacrônico com a imagem "moderna", "republicana" e "liberal" que se queria instaurar.

Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011b, p. 225), "os *pronunciamentos* e os *discursos* interessam ao historiador por implicarem uma intervenção pública de alguém que, com palavras, pretende causar algum tipo de efeito ou acontecimento". Seja considerando a circunstância no qual é proferido (se previamente escrito ou improvisado) e seja qual for seu suporte/veículo (rádio, jornais, panfleto etc.), os discursos e pronunciamentos, apesar de sua polissemia, são prenes de significado histórico.

Quando afirmamos que o discurso de Augusto dos Anjos se integra num esforço de constituição de novas memórias e identidades para a sociedade brasileira, dialogamos com alguns dos pressupostos do antropólogo Jöel Candau (2014). Para esse autor, é flagrante uma série de "jogos sociais", quer seja na "transmissão" e "recepção", quer seja na "fundação" e "construção" de tais memórias e identidades, que se relacionam dialeticamente. Cada um desses "jogos sociais" implica as mais variadas práticas. Tais operações acoplam-se ainda (ou ajudam a reforçar) as chamadas "retóricas holistas":

Entendo por "retóricas holistas o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. [...] [Candau não questiona] a realidade da comunicação [de memórias compartilhadas] – ela é incontestável –, mas [sim a] natureza: 1) dessa comunicação e 2) de seu resultado, quer dizer, o compartilhamento efetivo daquilo que foi comunicado (CANDAU, 2014, p. 29, 31).

Augusto dos Anjos e seus familiares, vivendo em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tal como a sociedade brasileira da época, estavam marcados por um passado ligado aos cenários senhoriais, dos engenhos de açúcar e suas casas-grandes, com seus agregados, homens e mulheres, livres, escravos e ex-escravos. Com as transformações históricas ocorridas nesse momento, os pilares de sustentação do *status* dele e da família foram abalados decisivamente. Os engenhos que constituíam seu patrimônio foram vendidos, as dívidas se avultavam. O ocaso financeiro fora praticamente total.

Entretanto, formado bacharel em Direito entre 1903 e 1907, e apropriando-se de muitos dos ideais difundidos pela renomada "Escola de Recife", Augusto, em meio àquele cenário desestruturado em que vivia, procurou se integrar, conforme as correntes intelectuais então vigentes, ao prisma interpretativo que definia a escravidão como uma "anomalia" e a República

como "redentora", sugerindo uma espécie de retórica holista. De acordo com Candau (2014, p. 39-44):

Quando uma retórica holista remete a *representações factuais* supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos, há forte probabilidade de que seu grau de pertinência seja elevado. Quando [...] remete a *representações semânticas* supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos (por exemplo, as representações relativas aos dados factuais), há forte probabilidade para que seu grau de pertinência seja fraco ou nulo. [...] Em resumo, formulo duas hipóteses [...] 1) quando as retóricas holistas pressupõem o compartilhamento de representações factuais por todos os membros de um grupo, seu grau de pertinência é proporcional à frequência da repetição dessas representações e inversamente proporcional ao tamanho do grupo considerado; 2) Quando as retóricas holistas pressupõem o compartilhamento de representações semânticas, seu grau de pertinência é sempre inferior ao das retóricas holistas aplicadas às representações factuais e é igualmente proporcional à frequência da repetição dessas representações e inversamente proporcional ao tamanho do grupo e sua permeabilidade à dúvida.

Nesse caso, quais as distâncias e as aproximações possíveis, ou seja, qual o grau de pertinência entre as representações emanadas no discurso de Augusto dos Anjos com algumas das representações factuais e/ou das representações semânticas feitas acerca da escravidão e sobre a emergência da República, tanto as mais recentes quanto as que eram suas contemporâneas? Nossa problemática procurou apresentar os termos dessa discussão.

Para tanto, além deste texto introdutório, dividimos nosso trabalho em três seções. Na próxima seção, intitulada "Augusto dos Anjos e sua família: o(s) lugar(es) de um discurso", buscamos nos aproximar do que Albuquerque Júnior (2011b, p. 236) chama de "análise externa" dos discursos e pronunciamentos, voltando nosso olhar para as dimensões contextuais, para as condições históricas, particulares ou coletivas, que proporcionaram (e foram testemunha) de sua emergência, apontando elementos acerca da vida pessoal e familiar do poeta.

Na seção seguinte, "Os sentidos do discurso: (re)constituindo memórias e (re)formulando identidades", objetivamos promover o que Albuquerque Júnior (2011b, p. 237) definiu como "análise interna" do discurso/pronunciamento, ou seja, tentamos indicar, no discurso de Augusto dos Anjos, alguns temas, estilos e influências que constituem sua estrutura intratextual e intertextual.

Por fim, teceremos algumas considerações, sempre provisórias, no desejo de contribuir para a discussão em comento.

AUGUSTO DOS ANJOS E SUA FAMÍLIA: O(S) LUGAR(ES) DE UM DISCURSO

Na história da literatura brasileira, Augusto Carvalho Rodrigues dos Anjos, ou Augusto dos Anjos, como é mais conhecido, figura como um personagem¹ "exótico", sobretudo quando nos recordamos do único livro de poesia por ele publicado, *Eu*, que passou a ser chamado *Eu e outras poesias* após sua segunda edição, já póstuma.

Para aqueles que tiveram contato com esse livro, mesmo que superficialmente, devem ter ficado na memória os temas poéticos mórbidos envoltos em termos técnicos e científicos, expressos numa métrica apurada. Por exemplo, vejamos o primeiro quarteto e os dois últimos tercetos de "Psicologia de um vencido" (DOS ANJOS, 1994, p. 203):

Eu, filho do carbono e do amoníaco,
Monstro de escuridão e rutilância,
Sofro, desde a epigênese da infância,
A influência má dos signos do zodíaco
[...]
Já o verme – este operário das ruínas –
Que o sangue podre das carnificinas
Come, e à vida em geral declara guerra,

Anda a espreitar meus olhos para roê-los,
E há de deixar-me apenas os cabelos,
Na frialdade orgânica da terra!

Atualmente, quando já se completara o centenário de seu nascimento, de sua morte e da publicação de sua obra, e mesmo tendo sido escolhido, em consulta popular realizada no seu estado natal, como o "paraibano do século", a imagem mais (re)corrente que pesa sobre Augusto dos Anjos ainda é a de "poeta da morte". Todavia, a historicidade dos sujeitos, múltipla em significados e sentidos, ultrapassa os rótulos, os reducionismos e os didatismos superficiais. Para além de um poeta "sombrio", "mórbido" até, é possível encontrar outros sentidos em sua experiência histórica. Tentaremos mostrar alguns indicativos disso.

Em 13 de maio de 1909, no Teatro Santa Rosa, fundado em 3 de novembro de 1889, ainda hoje preservado na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, Augusto dos Anjos, então com 25 anos, fez-se notar diante de uma plateia que, apesar de não podermos precisar seu número com exatidão, deve ter ouvido seu caloroso (e rebuscado) discurso de comemoração pelo

1 - Cf. o documentário *Augusto dos Anjos – Eu, estranho personagem* (2010), dirigido por Deraldo Goulart. Disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video/especiais-diversos-augusto-dos-anjos-eu-estranho-personagem>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

fim do regime escravista que, aproximadamente por 300 anos, imprimiu marcas indelévels na sociedade e na cultura brasileira.

Acreditamos que a emergência desse fenômeno específico expressa a manifestação de uma série de sentidos históricos. A partir de questionamentos oriundos de nossa ciência, a história, somos levados a interrogar em quais ordens discursivas esse fenômeno se insere e que sentidos sugere. Cabe indagar o momento em que esse discurso foi proferido ao mesmo tempo que examinamos, também, o sujeito que o proferiu. Não nos deteremos nas questões acerca da recepção desse discurso, muito embora possamos especular alguns pontos.

Augusto dos Anjos era um dos nove filhos (dos quais dois faleceriam precocemente) do casal Alexandre dos Anjos e Córdula Fernandes Carvalho. Seus pais, assim como seus avós maternos, eram proprietários e herdeiros, em fins do século XIX, de dois engenhos – Coité e Pau d'Arco –, ambos situados nas margens do Rio Paraíba e de um de seus afluentes, o Rio Una, no interior do estado paraibano.

As paisagens historicamente construídas em fins do século XIX, no interior da Paraíba (mas não somente aí), constituíam um cenário "senhorial" e toda uma gama de relações sociais, econômicas e mesmo políticas, que orbitavam os engenhos e suas casas-grandes. Esse cenário seria convulsionado por um complexo de mudanças que, em sua maioria, emergiram sintetizadas sob o signo da "modernidade".

Por volta de 1859, os avós maternos de Augusto, o Dr. João Antônio Fernandes Carvalho e D. Juliana Ludgero, já eram proprietários dos dois engenhos já citados. Deles retiravam não somente o sustento, como também os alicerces de seu *status* social. Integrantes das elites do interior da Paraíba, os avós de Augusto chegaram, inclusive, a hospedar o imperador D. Pedro II que, durante uma de suas viagens pelo Nordeste (antigo Norte), fez parada no Engenho do Pau d'Arco, registrando esse momento em seu diário (MELO, 2001, p. 25). O Dr. João Antônio chegou a ser condecorado pelo imperador com a "Ordem da Rosa", o que alimentou a pompa que envolvia sua família.

Os engenhos possuídos pelos Fernandes Carvalho eram considerados arcaicos, ainda movidos a tração animal, mas, sobretudo, a água. Contava com aproximadamente 16 escravos e 20 trabalhadores livres (MELO, 2001, p. 25). O Dr. João Antônio e D. Juliana Ludgero tiveram cinco filhos, sendo Córdula, como já dissemos, a mãe de Augusto dos Anjos.

O Dr. João Antônio falece em 11 de julho de 1871. A notícia de sua morte inclusive chegou a ser noticiada no *Jornal da Paraíba*, que o definiu como "um fazendeiro abastado e probo" (MELO, 2001, p. 29). O Partido Conservador, do qual era membro, lamentou sua morte nessa mesma nota, caracterizando-o como "bom cidadão, ótimo amigo e firme correligionário" (MELO, 2001, p. 29).

Pouco tempo depois, D. Juliana Ludgero, então viúva, contrairia segundas núpcias com o Dr. Aprígio Pessoa de Melo, juiz municipal que, curiosamente, havia realizado o inventário patrimonial quando do falecimento do Dr. João Antônio. Entretanto, 11 meses após seu

segundo casamento, D. Juliana Ludgero falece em decorrência de uma doença crônica. O Dr. Aprígio então se tornaria o tutor legal dos cinco filhos que D. Juliana havia tido em seu primeiro casamento, tornando-se também proprietário dos dois engenhos.

Como Córdula era moça nova, muito prendada e bem-educada, e o Dr. Aprígio recém-viúvo, achou-se por bem arrumar um casamento para ela, para evitar quaisquer rumores maldosos a respeito de ambos. Para tanto, o Dr. Aprígio fez vir ao Engenho do Pau d'Arco um de seus primos, o Dr. Alexandre Rodrigues dos Anjos, que seria pai do poeta.

Em fins do século XIX e na virada para o XX, viviam no Engenho do Pau d'Arco aproximadamente três gerações dessa família: o Dr. Aprígio, sua enteada Córdula (e um de seus irmãos, Acácio), além de seu esposo, o Dr. Alexandre, com os filhos que tiveram. Ainda respirando certos ares de opulência, os sete filhos de Córdula e Alexandre tiveram (ou dividiram) amas de leite, mulheres escravas ou ex-escravas que viviam como agregadas no engenho. A ama de leite de Augusto dos Anjos, por exemplo, chamada Guilhermina, tornou-se personagem de um de seus poemas, "Ricordanza della mia Gioventù".

Augusto dos Anjos desde cedo fora educado por seu pai, Alexandre dos Anjos, bacharel em Direito e portador de uma sólida bagagem cultural. Em 1900, aos 16 anos, Augusto passa a estudar no tradicional Lyceu Paraibano, situado na cidade de João Pessoa, à época chamada também de Paraíba, capital do Estado. Viajava constantemente do engenho à capital até 1903, quando concluiria essa primeira fase de seus estudos.

Enquanto essa família vivenciava seus últimos resquícios de opulência, a sociedade brasileira se transformava não somente nas suas dimensões sociais, mas também políticas e econômicas. Por exemplo, a primeira infância de Augusto foi contemporânea de eventos emblemáticos na história da época. Nesse período, ocorreram as primeiras libertações de escravos (1884), a Lei dos Sexagenários (1885), a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Albuquerque Júnior (2011a, p. 51), em suas análises acerca da "invenção" do Nordeste, consegue captar essas transformações:

Beirando os canaviais e os algodoais, corriam agora as linhas telegráficas, fios de telefones, vias férreas. E ao longo dos caminhos movimentados pela "Great Western", pelos "Hudsons", "Fords" e "Studbakers" contrastavam os montes a sangrar e como que raspados à unha de sua vegetação. Rompem-se os padrões de sociabilidade tradicional. As cidades muito se modificavam com a construção, sobre os modelos europeus do século XIX, de gares, de mercados, bancos, com os novos tipos de arquitetura de confeitaria, com a preocupação da linha reta à americana, que por completo alterara, no Recife, o à-vontade das antigas ruas. Os casarões vastos de outrora, de uma alvura franciscana ao sol, eram agora substituídos pelas arrivistas usinas, fumando seus indolentes charutos.

Derivando os estudos sob orientação de seu pai ainda no engenho e no período em que estudou no Lyceu Paraibano, Augusto dos Anjos iria se apropriar dos primeiros instrumentos

que utilizaria na composição de sua visão de mundo. Utilizava os padrões estéticos em voga (romantismo, simbolismo e, em parte, o parnasianismo) e firmaria amizade com Órris Soares (que organizaria a segunda edição do livro *Eu*, já póstuma) e Santos Neto, filho de Arthur Aquiles, proprietário do jornal *O Comércio*, que funcionou entre 1901 e 1908, e no qual Augusto dos Anjos publicou seus primeiros textos poéticos e algumas crônicas.

A apropriação de padrões estéticos e culturais europeus pelas elites brasileiras apresentava algumas regularidades, assim como relacionava-se diretamente com a condição do desenvolvimento histórico do Brasil àquela época. Sobre isso, afirma Jurandir Malerba (1999, p. 113):

A importação dos cânones europeus constituiu-se em um aspecto próprio a nosso processo colonizador. Devido às circunstâncias históricas do novo país, não se tratava apenas da imitação de modelos, mas, segundo João da Cruz Costa em seu "Esboço de uma História das Idéias no Brasil" de uma experiência inédita, resultante do "... encontro tumultuoso de idéias elaboradas em meios que a cultura já fora profundamente trabalhada pela história, com as condições de vida de 'nações novas', há pouco saídas do Estado colonial".

Essa "importação", não necessariamente uma mera "imitação", foi a condição de possibilidade inicial para a constituição da "moderna" *intelligentsia* brasileira, marcadamente dos intelectuais oriundos dos setores sociais privilegiados. Para Alfredo Bosi (2003, p. 92):

O Brasil, egresso do puro colonialismo, mantém as colunas do poder agrário: o latifúndio, o escravismo, a economia de exportação. E segue a rota da monarquia conservadora após um breve surto de erupções republicanas, amiudadas durante a regência. [...] Carente do binômio urbano indústria-operário durante todo o século XIX, a sociedade brasileira contou, para a formação de sua inteligência, com os filhos das famílias abastadas do campo, que iam receber instrução jurídica (raramente, médica) em São Paulo, Recife e Rio (Macedo, Alencar, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Pedro Luís), ou com filhos de comerciantes luso-brasileiros e de profissionais liberais, que definiam, *grosso modo*, a alta classe média do país (Pereira da Silva, Gonçalves Dias, Joaquim Norberto, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Silvio Romero). [...] Neste esquema, do qual afastou qualquer traço de determinismo cego, ressalte-se o caráter pelos melhores talentos de padrões culturais europeus refletidos na Corte e nas Capitais Provinciais.

Augusto insere-se totalmente nessa configuração. Ao terminar seus primeiros estudos no Lyceu Paraibano, tal como seu pai, ingressaria na Faculdade de Direito, na capital pernambucana, em 1903. Lá iria apropriar-se dos elementos mais decisivos na formação de sua visão de mundo: a perspectiva cientificista da Escola de Recife.

A corrente cientificista marcaria presença nos principais círculos eruditos do país desde aproximadamente 1870. Monica Pimenta Velloso (2010) enxerga a apropriação e a difusão das correntes cientificistas pelos intelectuais brasileiros como um dos elementos de base das tentativas de construir uma identidade nacional "moderna". Sobre isso, Velloso (2010, p. 39-40) afirma:

É na conjuntura de 1870 que se inicia o debate das ideias que conformarão a cultura histórica moderna. O positivismo de Comte, o evolucionismo de Darwin e Herbert Spencer e o intelectualismo de Hippolyte Taine e Renan terão influência marcante na conformação do pensamento social brasileiro, até a década de 1930. [...] Endossando tais ideias, relendo-as à luz da realidade brasileira ou partindo para a polêmica, os nossos intelectuais as adotaram como chave interpretativa. Tobias Barreto, Sílvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu, Castro Alves e Euclides da Cunha são referência obrigatória na elaboração das bases do pensamento brasileiro. No entanto, dificilmente estabelecemos relação entre eles e o movimento modernista brasileiro.

É exatamente nessa fonte que Augusto dos Anjos irá beber enquanto cursa a Faculdade de Direito em Recife, entre 1903 e 1907. Entretanto, nesse mesmo movimento, as bases socioeconômicas que sustentavam o *status* de sua família abalavam-se decisivamente. Soma-se a isso o falecimento não somente de seu pai, o Dr. Alexandre dos Anjos (em 1905), mas também do Dr. Aprígio (em 1908), potenciais gestores do patrimônio familiar.

Os símbolos do cenário senhorial brasileiro, o engenho e a casa-grande, apesar de não terem sido eliminados de todo na virada do século XIX para o XX, foram enfraquecidos e/ou reformulados por novas sensibilidades ditas "modernas". Segundo o poeta e crítico literário brasileiro Ferreira Gullar (2011, p. 16):

[...] o que desmorona não é apenas a sua própria família. É todo um amplo setor da classe latifundiária atingida pelas transformações econômicas, sociais e políticas da última década: a abolição da escravatura, a proclamação da república, a construção da The Conde d'Eu Railway Company Limited, o estabelecimento da Companhia dos Engenhos Centrais Anglo-Holandesa. É a penetração do capitalismo que, se por um lado significa progresso, por outro, agrava a miséria lendária da região.

A produção dos engenhos já não proporcionava qualquer capacidade de competição no mercado, tanto pelas flutuações deste quanto pelo pagamento das dívidas. O Engenho Coité fora o primeiro a ser vendido. Para Augusto, essa desestruturação parecia catastrófica, pois a necessidade de se desfazer do Pau d'Arco, lugar onde passara aproximadamente dois terços

de sua vida, era iminente. De certo modo, a própria identidade dos Carvalho dos Anjos estava em xeque, como que na fronteira entre um mundo que desmoronava e outro pleno de incertezas. As hipotecas feitas com o propósito de reverter o quadro financeiro foram ineficientes:

Com a dupla hipoteca, esperava do Doutor [Aprígio de Melo] recompor as combalidas finanças domésticas, numa hora em que a cotação do açúcar no mercado internacional parecia tender para a alta. Mas não foi o que se verificou. O preço baixou inesperadamente. E de modo vertical. Ficou então o antigo juiz com as prestações atrasadas no Banco Emissor sem poder descontar os adiantamentos já recebidos da casa comissionaria. Não teve outro jeito a não ser vender um dos engenhos, o Coité. Restava-lhe o Pau d'Arco, assim mesmo em situação precaríssima, já empenhado, produzindo sem cobrir as despesas cada vez mais avultadas (BARBOSA apud MELO, 2001, p. 43).

Desse modo, por volta de 1909, Augusto dos Anjos e sua família estavam prestes a perder os suportes materiais mais cotidianos de sua memória e, conseqüentemente, de sua identidade. A doença e a morte do Dr. Alexandre e do Dr. Aprígio somente debilitaram ainda mais o orçamento familiar, já parco. Augusto, apesar de escrever poesias e crônicas, não obtinha com isso rendimentos financeiros, nem atuava como advogado. Trabalhava como professor de literatura no Lyceu Paraibano. Em vista disso, não é arriscado afirmar que o fim da escravidão, o advento da República e as mudanças socioeconômicas daí derivadas terminaram sendo negativas para sua família, emergindo um misto de desventuras externas e internas. Impunham-se, então, a (re)formulação de memórias e a (re)constituição de identidades.

OS SENTIDOS DO DISCURSO: (RE)CONSTITUINDO MEMÓRIAS E (RE)FORMULANDO IDENTIDADES

O discurso proferido em 13 de maio de 1909, no Teatro Santa Rosa, depois publicado no jornal *A União* (nos dias 20, 22 e 23 daquele mesmo mês e ano), comemorava a efeméride da abolição da escravidão. Pode parecer paradoxal que Augusto critique com tanto vigor o regime escravista, na medida em que ele e sua família não somente possuíram escravo(a)s e ex-escravo(a)s, como também usufruíram do trabalho deles tanto na fase pré-republicana e escravista como no período republicano pós-abolição. No entanto, essa aparente contradição, segundo Alfredo Bosi (2003, p. 164), integrava o perfil de certa parcela da intelectualidade da época:

O tema da Abolição e, em segundo tempo, o da República serão o fulcro das opções ideológicas do homem culto brasileiro a partir de 1870. Raras vezes essas lutas estiveram dissociadas: a posição abolicionista, mas fiel aos moldes ingleses da monarquia constitucional, encontrou um seguidor no último grande romântico liberal do século XIX: Joaquim Nabuco. Mas a norma foi a expansão de uma ideologia que tomava aos evolucionários as idéias gerais para demolir a tradição escolástica e o ecletismo de fundo romântico ainda vigente, e pedia à França ou aos Estados Unidos modelos de regime democrático.

Somos inclinados a interpretar o discurso de Augusto dos Anjos e a temática que ele trata como indicativos da instituição de novas memórias e identidades, seja para o intelectual brasileiro culto em particular, seja para a sociedade e a nação brasileira, num espectro mais geral. De acordo com Jöel Candau (2014, p. 16):

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.

A imagem pessimista e desencantada que transparece na poesia de Augusto dos Anjos, sobretudo em *Eu*, são simultâneas a outros textos poéticos não tão sombrios, não publicados em livro. Seus primeiros textos, mais afinados com a estética romântica e simbolista, chegam a demonstrar um otimismo quase ingênuo, até mesmo porque ele começou a escrever aos 16 anos. Esses e outros elementos são retomados em seu discurso. Vejamos, de início, como ele define a instituição escravista e a condição do escravo:

[...] a escravidão é a morte absoluta da consciência [livre e individual], é a crosta tegumentária negativista que impede o desenvolvimento psicogenético da racionalidade, e reduz talvez a *par nobilis* do ser humano à mais baixa e à mais réptil de todas as situações animais. [...] o eu psicológico do escravo lembra uma noite infinita e incomensurável. [...] O escravo é a negação vertebrada do impulso evolutivo que existe ocultamente no fundo de todas as coisas, [...] esse imenso quadro teleomecânico, na expressão genial de Hartmann, onde o pluralismo dos efeitos é filho direto do singularismo das causas, e a atuação assídua dos agentes exteriores, diferenciando a stirpe radiolar primitiva, desomogeniza até as organizações mais estacionárias da plasmodomia haeckeliana! [...] A alma do escravo é como a fotografia de um túmulo, em que a consciência – este milagre espantoso da matéria cerebral, desapareceu [...] os elementos psíquicos do escravo vão perdendo o estímulo congênito que eleva o homem acima do pandemônio caótico das predisposições irracionais da espécie [...] (DOS ANJOS, 1994, p. 641-642).

Imediatamente podemos perceber, em suas palavras, as apropriações que ele havia feito dos "cânones", sem dúvida derivados da Escola de Recife. A escravidão figura, em seu texto, como uma espécie de "fatalidade", e os aspectos sociais que a motivaram/condicionaram eram símbolos incontestes de forças "antiprogressista[s]" (DOS ANJOS, 1994, p. 641). Velloso (2010, p. 40) sugere que "A abolição da escravidão e a implantação do regime republicano impuseram-se como face identificadora do Brasil moderno. Mudanças no panorama técnico-industrial alteraram as percepções e as sensibilidades sociais".

Não podemos deixar de especular que essas "mudanças" tenham se imposto a Augusto dos Anjos e à sua família como imperativos a serem seguidos. Caso não acompanhassem tais mudanças, poderiam correr o risco de perder mais do que já haviam perdido. Se tomarmos de empréstimo as categorias de Reinhardt Koselleck (2006), o presente, para eles, configurava-se como um "campo de experiências" (in)tenso/(in)certo, mas era "nele" que todo um "horizonte de expectativas" era gestado. Na primeira década do século XX, já não podiam mais se apegar a um passado senhorial/escravista que não era mais nem modelo nem medida para o presente. É nesse vértice que enxergamos seu discurso como indicativo de uma tentativa de inserção a toda uma ordem prático-discursiva que então era alimentada.

Conforme seu discurso, a instituição escravista desumaniza totalmente o negro. Este tem seu corpo e sua alma escravizados, tornando-se "um aparelho receptor exclusivo de sensações dolorosas quotidianas [...]" (DOS ANJOS, 1994, p. 642). O poeta complementa:

[...] [O escravo, sob um ponto de vista psicológico, está] anulado por si mesmo, sem dignidade e sem alma, roubado à contemplação selecionadora da antropologia, protista moral da espécie zoológica, cômico de sua não contribuição, segundo a lei da equípolência das forças espirituais, na grande campanha civilizadora da humanidade (DOS ANJOS, 1994, p. 644).

Aberração. Anomalia. Para Augusto dos Anjos (1994, p. 641), a escravidão seria o "desvio" de todas as atividades realizadas na

[...] oficina milenária das grandes energias transformadoras, onde trabalha dia e noite, gastando somas incalculáveis de substância nervosa, o dinamismo milagroso que, unificando conscientemente os destinos humanos, avança [...] para a obra definitiva da civilização.

Jöel Candau (2014) procura analisar, numa perspectiva antropológica, os modos como os fenômenos da memória, da lembrança e do esquecimento se interpenetram. Para o autor, falar em memória implica falar de identidade:

A memória é a identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar e mesmo arruinar o sentimento de identidade [...] o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos (CANDAU, 2014, p. 18).

Ainda segundo Candau (2014), no par dialético memória-identidade, haveria uma espécie de "jogo social": ora ele se expressa em atividades de "transmissão", de "recepção", de "reprodução" e "invenção" (exigindo, então, tanto a necessidade do "lembrar" quanto do "esquecer"), ora se manifesta mediante práticas de "fundação" e de "construção", elaborando memórias/identidades familiares, genealógicas, ao mesmo tempo que atribui a certos acontecimentos (alguns trágicos) e a certos lugares (edificados ou preservados) uma potência mnemônica. Nesse jogo de fundação e construção, são patentes ainda os esforços de "comemoração" como estratégia (ou tática) de memória/identidade. Voltaremos a isso.

Velloso (2010, p. 39) indica que, em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX, havia um esforço em "descobrir" uma "brasilidade modernista" que, para nós, implicaria um ciclo de fundação/construção/transmissão/recepção etc., de memórias e identidades, enfatizando certos elementos que deveriam ser lembrados, enquanto outros, por sua vez, deveriam ser esquecidos. Segundo Velloso (2010, p. 41-42):

Sob a liderança de Tobias Barreto, iniciou-se na Faculdade de Direito de Recife um movimento intelectual de projeção nacional. Um dos grandes desafios enfrentados por essa geração de bacharéis era a integração do Brasil no panorama da moderna cultura ocidental. [...] Algumas questões importantes foram levantadas. Pela primeira vez constatava-se o caráter mestiço da cultura. Mas ainda predominava a visão pessimista da nacionalidade, vista como resultado do atraso cultural. Lia-se a brasilidade através da cartilha do darwinismo social, distinguindo-se civilizações superiores e inferiores em função das etnias. Imaginava-se que a nacionalidade brasileira fosse um elo fraco na corrente mundial. Esse quadro só poderia ser modificado no momento em que o país conseguisse acelerar sua marcha evolutiva, integrando-se ao cenário internacional.

Para Albuquerque Júnior (2011b, p. 225),

Os *pronunciamentos* interessam² ao historiador tanto quanto os *discursos*, por implicarem uma intervenção pública de alguém, uma saída à cena de um personagem que, com suas palavras, pretende causar algum tipo de efeito, algum tipo de acontecimento.

Seguindo nessa trilha, Augusto dos Anjos proferiu seu discurso com vigor, rebuscando nas palavras e no estilo, citando autores e ideias. Elaborava argumentos e proposições colocando

2 - Para Albuquerque Júnior (2011b), o "discurso" seria uma peça oratória, ou escrita, apresentada para um dado público, preparada previamente ou feita de improviso, enquanto o "pronunciamento" consistiria no ato de expressar ou manifestar uma opinião publicamente, incluindo aí palavras e gestos, individual ou coletivamente.

em jogo toda a sua erudição, recebida, em grande parte, após bacharelar-se em Direito, período em que absorvera muitos dos elementos já indicados por Velloso (2010).

O discurso de Augusto dos Anjos (1994, p. 644), portanto, visava indicar o caráter nefando e anacrônico da escravidão em relação ao mundo "moderno", a necessidade de sua abolição, assim como o regozijo de sua comemoração:

Mas a escravidão hoje é uma instituição anacrônica que está em dissonância iniludível com a do Estado moderno. Este, despiando-se das vestes emprestadas de "pan-morfologista-mor" e, desviando-se da imposição do pensamento socrático, segundo o qual assumia as proporções de uma forma necessária da vida ética, se reduz hoje somente, de acordo com Luigi Palma, a um organismo espiritual e moral, capaz de concentrar em si as volições, os sentimentos, os direitos e deveres de todos os elementos demográficos representados politicamente por ele.

Entretanto, num olhar rápido pela historiografia acerca da época e do fenômeno escravista, percebemos outras conexões possíveis que os atores históricos naquele momento não perceberam ou não quiseram perceber, na medida em que tais conexões enfraquecem um pouco a memória e a identidade (a "brasilidade") que se queria então instaurar.

Muito além de uma instituição anacrônica em relação ao Estado "moderno", a escravidão foi uma das fontes nas quais ele se alimentou, tal como se alimentara também do "absolutismo". Do mesmo modo, o capitalismo nascente, em sua fase mercantil-colonial (mesmo se ainda eram fortes suas cores pré-capitalistas/protocapitalistas), também dela se alimentaria, sobretudo nas "Américas". Segundo Emília Viotti da Costa (1999, p. 352-353):

Os africanos foram trazidos ao Brasil exatamente pelas mesmas razões que os introduziram em outras áreas do Novo Mundo. Onde quer que a economia estivesse organizada para suprir o mercado internacional com matérias-primas e sempre que houvesse dificuldade para recrutar trabalho nativo, os africanos forneceram o trabalho necessário. Existiu uma precisa correlação entre a acumulação de capital e o uso de escravos africanos. Onde o capital não se acumulou, os colonos recorreram ao trabalho indígena. A escravidão brasileira, como a escravidão em outras partes do Novo Mundo, foi um sistema de exploração do trabalho baseado na posse sobre o trabalhador. [...] Eles representavam tanto capital como trabalho, e sua posse conferia *status* ao senhor. Em razão da natureza exploradora do sistema e da ausência de vínculo salarial, o senhor era obrigado a forjar formas de compulsão: punição física e pequenas, mas sedutoras recompensas.

Em face dessa conexão, somos impelidos na direção da seguinte indagação:

- A reiteração constante da escravidão como regime totalmente diacrônico em relação ao Estado "moderno", republicano, tal como vimos na passagem do discurso de Augusto dos Anjos anteriormente citada, não seria uma forma de tentar dissociar o desenvolvimento dos setores sociais mais privilegiados do usufruto que grande parte desses mesmos setores fizeram do trabalho escravo e daquele regime?

Em seu discurso, Augusto dos Anjos (1994, p. 646) ainda reforça essa perspectiva, enxergando sempre a escravidão não como uma alternativa possível – ou como um dos recursos disponíveis – ao Estado moderno, mas como um "acidente", um retrocesso, um descompasso:

O regresso da escravidão à estrutura social moderna seria antes uma constatação canibalíssima da lei dos *ricorsi*, isto é, "dos regressos eternos na vida da humanidade", do que uma resultante vulgar da lei das sobrevivências, em virtude da qual, no dizer de sociólogo importante, se todo progresso é acompanhado de uma regressão parcial dos órgãos e das instituições tornadas inúteis, assim também todo progresso supõe a sobrevivência, durante um certo tempo pelo menos, de vestígios mais ou menos importantes do passado. [...] Mas a escravidão é a antinomia mais palpitante e mais flagrante do critério sociológico admitido pelo consenso unânime e apologético das civilizações hodiernas.

Para Augusto dos Anjos (1994), se no Brasil existiu um regime escravista tricentenário, parece ter sido em razão desses "retrocessos" que acompanham de perto, segundo acredita, os mais sublimes progressos da humanidade. Tais "retrocessos" não impedem a "marcha civilizatória" do progresso e da evolução social, mas, como vestígios do passado no presente, podem desacelerar tal marcha. Mesmo não sobrepujando a marcha do progresso, a instituição/regime escravista difundiu-se no tempo e no espaço. De acordo com Augusto dos Anjos (1994, p. 646-647):

Portugal instituindo semelhante criação aberratória [...] abriu a porta nefanda, cujo escancaramento deu o salvo-conduto da acessibilidade libérrima aos instintos acumulados da barbárie hereditária, que jaziam, por incrustação, como uma reserva fatídica no complexo laboratório neuronal das almas co-irmãs da Inglaterra, da Espanha, da Suécia, da Holanda, da França e da Dinamarca. [...] a escravidão crescia, avolumava-se como um Gigante lendário, por um processo *sui generis* de evolução quádrupla [...] contra todos os sudras desamparados da espécie humana contingente! [...] desde os tempos do Infante D. Henrique, segundo [...] João de Barros, tivera iniciação semelhante mercancia nefanda. [...] Pouco depois de iniciada, [...] os mercados da Península Ibérica se viram inundados de africanos [...] Sevilha e Lisboa, na frase de Silvío Romero, eram verdadeiras alfândegas desse abominável negócio [...].

A indicação, e mesmo o reconhecimento parcial, do caráter desumano da escravidão parece ser a condição de base para iniciar a depuração dessa memória e da identidade que dela deriva, no esforço de, a partir daí, fundar e construir novas identidades e novas memórias. Em certos momentos, mais do que crítica de fato, as palavras de Augusto dos Anjos em seu discurso se assemelham mais às de um "lamento". Não se critica, necessariamente, a integração da escravidão dentro de uma dada lógica social e econômica, até mesmo política.

Apesar de inegável o fato de que o desenvolvimento do Brasil está associado à escravidão, é como se todo esse movimento fosse uma espécie de "distúrbio orgânico". Mais do que uma variante inserida num processo histórico, social e cultural, a escravidão seria uma espécie de "doença" que acometera um corpo potencialmente saudável, mas que, por determinados "vícios", havia se deixado "contaminar" por tal regime/instituição.

E o tráfico dos escravos, como uma sementeira fecunda, prodigalizando abundâncias vegetais, na força máxima de sua atividade produtiva, aumentara extraordinariamente no Brasil. [...] Começou nas ilhas de S. Tomé, Cabo Verde, Ano Bom e Príncipe e na Costa do Marfim, do Ouro, da Mina e dos Escravos. [...] Estendeu-se numa propagação de *vírus* morbigêno e pavoroso pelo Congo, cujo litoral pertencia, então, na sua integralidade telúrica, ao arbítrio da ganância portuguesa; passou a Angola, dobrou o Cabo da Boa Esperança, e chegou a Moçambique e Zanzibar, também penetrados, segundo a história nos ensina, pela raiva iconoclasta dos "sertanistas negreiros". [...] Diz Sílvio Romero que, a se aceitar o cálculo de José Bonifácio, que orçava os introduzidos no Brasil em uma média anual de 40.000, temos que, de 1550 a 1850, em 300 anos, entraram em nossos portos, como coisas enfiadas, 12 milhões de homens da África (DOS ANJOS, 1994, p. 648-649).

É como se esse "vício", no imediato de sua ação, causasse boas sensações, mas, em longo prazo, produzisse efeitos efetivamente nocivos. Augusto dos Anjos (1994, p. 648) continua:

Deste modo, com a prosperidade superveniente de semelhante tráfico, Lisboa, consoante o testemunho autêntico da história, atraía, como um grande estômago antropófago, uma provisão *anua* de 10 a 12 mil escravos africanos.

Em seu discurso, Augusto parece encarnar a imagem do intelectual consciente de seu papel social, por conta da erudição que cultivava consigo, como se arrogasse para si a função de "orientador". Isso se aproxima do que ainda nos diz Velloso (2010, p. 42):

Assim como os intelectuais latinos da geração de 1898, os brasileiros acreditavam-se investidos de ideais heroicos. O instrumental científico configurou-se como arma que garantia passagem para a modernidade. Nessa conjuntura, os ideais de observação precisa e a

laboriosa coleta de dados exerceram atração irresistível entre os estudiosos da cultura e da civilização. Inspirando-se nas teorias evolucionistas de Hippolyte Taine em *Histoire de la littérature anglaise* (1863), definia-se a brasilidade como resultado do meio físico-geográfico, da raça e do momento. A nacionalidade era matéria-prima, uma espécie de pedra bruta a ser trabalhada pelo saber científico das elites.

Antes de dar sua contribuição na (re)afirmação de uma nova memória e de uma nova identidade para a sociedade brasileira que fora alimentada, em grande parte, por escravos e após criticar o engenho desumanizador que o regime e a instituição escravista encarnam, Augusto dos Anjos (1994) revisita alguns fatos capitais para a cessação tanto do tráfico quanto da escravidão. Inicialmente, enxerga a unidade nascida da diferença. Autores como André João Antonil, Gabriel Soares e Rocha Pita

[...] haviam cantado [...] a grande nação brasileira [...] mostrando [...] a formação deste povo de bravos, [...] que Varnhagen desconheceu, que é a colaboração solidária de fatores em sua origem divergentes, [...] combinados para a gênese [...] de nossa espontaneidade estética, econômica, política e espiritual (DOS ANJOS, 1994, p. 648).

Isso marca, ainda, como Augusto caminha paralelo aos pressupostos da Escola de Recife, como sugerido por Velloso (2010, p. 42): para a geração inspirada pelos princípios dessa escola, "o povo brasileiro deixava de ser visto de modo abstrato e romantizado. [...] Nos cantos, nos contos, na poesia e nas danças [...] começa a ser identificado na figura do indígena, no africano, no europeu e no mestiço".

Buscando sintetizar os olhares que Costa (1999) lançou acerca da escravidão brasileira, sua instituição, manutenção e abolição, propomos o seguinte percurso por ela seguido: entre os séculos XVI e XIX, a escravidão brasileira foi posta em pleno funcionamento no seio de uma sociedade tradicionalista, tanto em momentos nos quais buscava constituir para si uma atmosfera com "ares aristocráticos" como quando aspirava à inserção em um mundo burguês, moderno. A religião, nessa sociedade, se não justificava tal regime pura e simplesmente, também a ele não se opunha diretamente. Quando muito, condenava os maus-tratos porventura cometidos. Por fim, quando da abolição propriamente dita, não ocorreu a inclusão, mas a cooptação ou marginalização de todo um contingente de mão de obra negra/"mestiça" que nascera escrava ou tornara-se ex-escrava, via alforria, nascida de ventre livre ou liberta após a abolição, mas lançada à própria sorte.

Na visão de mundo de Augusto dos Anjos (1994, p. 649) que transparece em seu discurso, tudo parece ser obra de um tipo de movimento psicobiológico-social "universal":

Depois o movimento emancipatório teve suas exteriorizações prodrômicas na Pensilvânia, 1780. [...] A dignidade humana reclamava, perante o Universo e perante a lei da substância, os seus direitos imprescritíveis! [...] O Brasil, infelizmente, foi um dos derradeiros países a decretar a abolição da escravatura intestina, que solapava o cerne sólido de sua estrutura política e simbolizava um resíduo atávico das infaustas provas ordálias que entristeceram toda a Idade Média, nos tempos calamitosos do feudalismo bestial, e que, simulando obedecer os ditames da continuidade histórica, desejavam ainda sobreviver nas criações porvindouras do gênio eviterno da humanidade acabrunhada!

Enquanto para Augusto dos Anjos (1994) a abolição seria uma reivindicação da "dignidade humana", Velloso (2010, p. 42) afirma que "O período entre 1870-1914 foi considerado preparação do terreno para a modernização conservadora dos anos 1930". Isto é, precisamente no período no qual Augusto nasceria e morreria (precocemente), veem-se as elites de outrora – renovando práticas ou incorporando certos setores sociais – num movimento de "acomodação", como se fossem os tremores posteriores à ocorrência de um terremoto. Sobre isso, ainda nos diz Costa (1999, p. 356)

O Burgeois gentil-homme típico da elite brasileira, "empreendedor" em suas ações e "aristocrático" em suas convicções, com um olho no lucro e outro na etiqueta, encontrava maior significado na ordem providencial católica e na teoria social da sociedade orgânica do que na ética protestante. [...] o grande proprietário brasileiro podia orgulhar-se de suas proezas sexuais, de suas relações extra-maritais e de seus filhos ilegítimos. [...] A elite brasileira tinha uma atitude tolerante perante a miscigenação, e o proprietário de escravos brasileiro raramente se envergonhava de reconhecer seus descendentes mulatos e de lhes garantir alforria [...] controlando a mobilidade social por meio de um sistema de clientela e patronagem, e imbuído de uma ideologia conservadora, ele não temia a população dos negros livres. Os negros eram [...] segregados num sistema social que lhes oferecia poucas oportunidades econômicas, excluía-os da participação política e onde a ascensão na escala social só era possível quando autorizada pela elite branca.

No entanto, Augusto dos Anjos (1994, p. 649-650) enxergava a abolição ora como uma disputa, ora como aperfeiçoamento de ideias, distante das tensões históricas, sociais, políticas e econômicas então vigentes, ou como atos "redentores", "altruísticos" e "benevolentes" de certas pessoas:

A primeira lei que convulsionou [...] a instituição nefrária foi a de 28 de setembro de 1850, atuando com potência proibitória [...] do tráfico africano no Brasil. [...] Somente com o aparecimento redentor da lei 1850, devido ao estadista Eusébio de Queiroz, o tráfico obteve a

extinção, premeditada em todas as lucubrações noturnas da psicologia brasileira. A lei de 28 de setembro de 1870, do Visconde do Rio Branco, sancionada pelo beneplácito magnânimo da Princesa Isabel, que exercia, na ausência do imperador, a regência do Império, veio rematar brilhantemente, com fulgor de painel rembrandtesco, a lei anterior de Eusébio, resgatando da tara infamante todos os que nasciam dessa fábrica genésica enodoada a que a língua portuguesa [...] chamou de "ventre escravo". [...] A 25 de maio de 1884, forraram-se todos os escravos da província do Ceará; o mesmo se deu no Amazonas a 10 de julho, e em vários municípios do Rio Grande do Sul a 13 de setembro do mesmo ano.

E, como corolário dessa torrente libertadora, Augusto dos Anjos (1994, p. 651) arremata: "a 13 de maio de 1888 a carinhosa Princesa D. Isabel, que 'pela terceira vez exercia a regência, sancionou a lei decretada pelas câmaras, por proposta do ministério João Alfredo, declarando extinta a escravidão no Brasil". Durante certo tempo, entretanto, as elites relutaram em face da abolição e só a aceitaram quando viram a possibilidade de ganho e/ou manutenção de seus privilégios. Para Costa (1999, p. 358-362):

A elite brasileira, composta predominantemente por grandes proprietários e por comerciantes envolvidos na economia de exportação-importação, estava interessada em manter as estruturas tradicionais. Escolheram cuidadosamente os aspectos da ideologia liberal que se adequassem à sua realidade e atendessem aos seus interesses [...] [Enquanto] as pressões abolicionistas eram fracas e escassas, a elite defendeu a escravidão em termos moderados: [...] [a abolição era inadequada, pois] a economia brasileira dependia do trabalho escravo. [...] Como havia poucas indústrias, os industrialistas não constituíam um grupo capaz de alterar a situação. A classe operária era alheia à experiência brasileira. A classe média era crescente mas ainda numericamente reduzida, dependente do paternalismo da elite, que fixava os limites de sua crítica social. Apesar de seu pouco poder, os industrialistas e a nova classe média podiam aliar-se com [...] setores agrários mais progressistas para apoiar idéias reformistas moderadas. [...] Convencidos de que a escravidão estava destinada a desaparecer [...] os latifundiários decidiram preparar-se para o inevitável. Já na década de 1850 [...] tornaram-se interessados em [...] substituir escravos por imigrantes. [...] Por volta de 1880, [...] a abolição era iminente. O Parlamento [...] vinha aprovando uma legislação gradualista. As crianças nascidas de [escravas] foram declaradas livres [em 1871] e em 1885 a liberdade foi garantida para os escravos [com mais de 65 anos].

Após essa citação, longa porém necessária, é possível perceber que a abolição, mais do que o conjunto ou a manifestação de altruísmos particulares e pessoais, decorreu de uma série de conjunturas socioeconômicas, políticas, internas e externas. Todavia, Augusto dos Anjos (1994), fiel às suas convicções, finaliza seu discurso, segundo nossa interpretação,

(re)afirmando uma memória e uma identidade não somente para a sociedade brasileira republicana pós-abolição, como também para si mesmo. Vemos, em suas palavras, toda uma verdadeira "comemoração" da efeméride da abolição e o elogio aos seus beneméritos protagonistas:

Reservei-me para falar sobre José do Patrocínio, no fim desta conferência incolor [...] onde vazei [...] toda minha alma de brasileiro, sensibilizada e doente. [...] José do Patrocínio representou o maior fator dinâmico na reorganização onimoda de nossa vida política. [...] Dizem que Virgílio, na sua *Eneida*, condensou o mundo romano na sua altura de destino social, mas José do Patrocínio fez mais do que este, porque, abrangendo o sentimento da solidariedade étnica [...] foi o Buda libertador dos últimos escravos que gemiam nas senzalas aberratórias da humanidade culta! Viva José do Patrocínio! Viva o dia 13 de Maio! Viva a República Brasileira! Viva o Presidente do Estado Dr. João Lopes Machado! (DOS ANJOS, 1994, p. 651).

Por fim, acreditamos encontrar no discurso de Augusto dos Anjos indícios de uma espécie de elaboração de uma memória acerca da abolição que andava de "mãos dadas" com um tipo de identidade republicana, "liberal", "progressista", "moderna", que se queria estimular. O "jogo social" que permeia a dialética entre memória e identidade, no caso aqui analisado, condensou-se precisamente na prática da "comemoração". Para Jöel Candau (2014, p. 147-148):

No espírito dos preceitos de Comte, aniversários e comemorações invadiam os calendários para organizar as memórias com a esperança de unificá-las, de tal maneira que elas pudessem participar do jogo identitário no sentido desejado pelos grupos ou indivíduos: legitimação, valorização, conjuração, exclusão, adesão aos acontecimentos fundadores, manutenção da ilusão comunitária, da ficção da permanência e do sentimento de uma cultura comum, revitalização, "enrijecimento" ou "congelamento" da identidade quando considerada ameaçada. [...] Trata-se de inscrever o acontecimento comemorado no quadro dos jogos identitários aos quais devem fazer frente o grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, e sem desconsiderar suas limitações, acreditamos ter conseguido problematizar os elementos escolhidos para discussão, sobretudo aqueles relacionados ao jogo social que marca a dialética da "memória" e da "identidade".

Nosso intento foi analisar quais eram os sentidos históricos expressos no discurso de Augusto dos Anjos acerca da abolição da escravidão. Para tanto, indagamos tanto seu

conteúdo (seu estilo, suas influências etc.) como o lugar histórico-social do qual o sujeito que o proferiu partiu e no qual desejava se integrar.

Vimos que Augusto dos Anjos e sua família sofreram duros reveses, internos e externos, durante a passagem do século XIX para o XX. Os alicerces de seu *status quo* foram abalados decisivamente. Certamente, deve ter se imposto o seguinte dilema: que memórias preservar (ou esquecer) e que identidade poderia daí ser derivada e afirmada?

Considerando alguns elementos presentes em seu discurso e nos valendo de uma perspectiva historiográfica, somos inclinados a acreditar que, para resolver aquele dilema, Augusto dos Anjos deve ter se esforçado em se integrar nos esforços que reavaliavam tanto a escravidão como a emergência da República, os quais constituíam um tipo de retórica holista.

Nesse sentido, Augusto dos Anjos se apropria de várias tendências interpretativas então vigentes, misturadas com toda sua bagagem cultural adquirida até aquele momento. De certo modo, dá sua contribuição na constituição de uma espécie de memória acerca da escravidão e da República, indissociável da identidade que a sociedade brasileira de então buscava instaurar, isto é, mais "liberal", "moderna", "republicana" e "progressista", elementos que pareciam ser essenciais para todas as nações que almejavam acompanhar o espírito dos novos "tempos modernos". Por fim, tanto ele dava sua contribuição nesse esforço como se apropriava de elementos para (re)afirmar e (re)constituir suas memória(s) e sua identidade.

Memory(ies) and identity(ies) in the commemoration of a ephemeris: the abolition of the slavery in the viewpoint of Augusto dos Anjos (1909)

Abstract – The slave regime has left indelible marks in the society and the Brazilian culture, in various fields, records and multiple dimensions, both materials and immaterials. On face of it, we seek to question, in this paper, the historical meanings manifested in one of these records, in case, the commemorative speech about the abolition of slavery on Brazil written by the poet Augusto dos Anjos. Your speech is very emblematic, because makes hard critics to the slave regime, although he and his family, in past, have owned and utilized the slave workforce. We believe that this speech is part not only the attempts of foundation and (re)construction of a memory and a identity to the Brazilian slavery, by the intellectual's group and by society in that time, as entails means for the poet (re)build a memory and a identity to himself. For the sake of the argument, we seek to transit between the study camps of the social history and cultural history, through questioning of the intrinsic relations between history, memory, identity, literature and poetry. Thus, we dialogue with some perspectives and assumptions of historians, literary critics, anthropologists like Emília Viotti da Costa, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Jurandir Malerba, Jöel Candau, among others.

Keywords: Memory. Identity. Slavery. Augusto dos Anjos. Abolition.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. A dimensão retórica da historiografia In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011b.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 41. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- CANAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.
- COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- DOS ANJOS, A. *Obra completa*. Organizada por Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- GULLAR, F. Vida e morte nordestina. In: *Toda poesia de Augusto dos Anjos*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- KOSSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MALERBA, J. *O Brasil imperial (1808-1889): panorama da História do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.
- MELO, F. *Augusto dos Anjos: uma biografia*. João Pessoa: Idéia, 2001.
- VELLOSO, M. P. *História & modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Recebido em abril de 2015.
Aprovado em setembro de 2015.